

Há lugar para as ações afirmativas no ensino superior?

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.10343>

Sirlane Alves da Silva¹, Maria Zenaide Alves², Mônica Luiz de Lima Ribeiro³

Resumo: A pesquisa de origem deste artigo buscou responder a seguinte questão: há espaço para as ações afirmativas para a população negra nos cursos de graduação da Universidade Federal de Catalão? A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma análise documental do tipo descritiva, visando contribuir com o debate das ações afirmativas e das questões étnico-raciais, em especial no ensino superior. Os documentos analisados foram os 37 Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação ofertados pela referida instituição. Os resultados evidenciam que, embora exista o argumento teórico e os instrumentos normativos que garantem a inclusão da temática nos PPCs dos cursos, as ações afirmativas e das questões étnico-raciais, nesses documentos, ainda não estão presentes de forma efetiva, estruturada e amplamente disseminada. Isso demonstra que essa questão ainda não é tratada com a devida prioridade, tampouco aparece com frequência nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e, em alguns, não há nenhuma menção. Contudo, cabe ressaltar que a efetiva incorporação do tema das questões étnico-raciais nos currículos requer orientações externas, mas também demanda, no âmbito institucional, a promoção de espaços para discussão crítica, para a formação continuada dos(as) docentes e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que permitam a inclusão de conteúdos que abordem a questão étnico-racial ao longo de todo o processo formativo.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Ensino Superior, Projeto Político Pedagógico, UFCAT.

Is there a place for affirmative actions in higher education?

Abstract: The research underlying this article sought to answer the following question: is there place for affirmative actions for the black population in undergraduate courses at the Federal University of Catalão? The research was developed through a descriptive documentary analysis, aiming to contribute to the debate on affirmative action and ethnic-racial issues, especially in higher education. The documents analyzed were the 37 Pedagogical Projects of the undergraduate courses offered by the aforementioned institution. The results show that, although there is a theoretical argument and normative instruments that guarantee the inclusion of the topic in the course PPCs, affirmative actions and ethnic-racial issues are not yet present in these documents in an effective, structured and widely disseminated manner. This shows that this issue is still not treated with due priority, nor does it appear frequently in the Pedagogical Projects of the Courses and, in some, there is no mention at all. However, it is worth highlighting that the effective incorporation of the theme of ethnic-racial issues in the curricula requires external guidance, but also demands, at the institutional level, the promotion of spaces for critical discussion, for the continued training of teachers and for the development of pedagogical strategies that allow the inclusion of content that addresses the ethnic-racial issue throughout the entire training process.

Keywords: Affirmative Actions, Higher Education, Political Pedagogical Project, UFCAT.

Introdução

Dadas as mudanças ocorridas nos últimos anos em virtude da adoção de ações afirmativas em diversos setores da sociedade brasileira, em especial no contexto das

instituições educativas, a sociedade brasileira tem voltado seu olhar para acompanhar e compreender tais mudanças. A inquietação que deu origem à pesquisa que fundamenta este artigo está relacionada a tais mudanças, relativamente às políticas de ações afirmativas para a população negra a serem implementadas nas instituições de ensino superior de todo o país. A questão que nos conduziu tomou com ponto de partida as recomendações da Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que define que as “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.” (Art. 1º, & 1º).

Por meio de uma análise documental, e visando contribuir com o debate das ações afirmativas para a população negra, em especial nas instituições de ensino superior, buscou compreender os impactos das políticas de ações afirmativas para pessoas negras nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT)¹, bem como nos projetos de pesquisa e as ações de extensão cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da instituição. Neste artigo nos limitaremos aos resultados das análises feitas nos PPCs de graduação.

Não temos a pretensão de apresentar uma avaliação do impacto que as políticas de ações afirmativas têm causado na instituição, nos seus cursos de graduação ou nos seus currículos, o que não se cumpriria com a metodologia utilizada, mas de levantar algumas possíveis atualizações dos documentos institucionais, em especial por meio dos PPCs, diante do cenário de mudanças na legislação na última década. Sabemos de muitas ações individuais que tem mobilizados o corpo docente, discente e de técnicos administrativos no cotidiano das suas práticas, mas estas não constituem o escopo da análise aqui apresentada.

Fundamentação teórica

Quando falamos em políticas de ações afirmativas, sejam elas no setor público ou privado, dizemos de ações reparadoras (KILOMBA, 2019) destinadas à integração de diferentes segmentos de grupos sociais excluídos ou que possuam histórico de

¹ Uma das cinco super novas universidades federais do país, criada pela Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018.

desigualdades. As ações afirmativas visam promover a redistribuição de recursos entre os grupos sociais de uma determinada sociedade, buscando assim, mitigar/corriger os efeitos das desigualdades decorrentes de discriminações de gênero, raça, religião, sexo, território, etc. Portanto, as ações afirmativas se configuram como medidas e iniciativas destinadas para enfrentamento de qualquer forma de discriminação, visando a inclusão desses grupos excluídos historicamente e promovendo a equidade social.

No Brasil um dos primeiros exemplos desse tipo de política, pensada para favorecer um grupo específico da população brasileira, a população rural, foi a Lei nº 5465/68, uma política educacional que estabelecia reserva de vagas no ensino público. Conhecida como Lei do Boi, foi a primeira lei no Brasil a aplicar cotas e garantir reserva de vagas em escolas agrícolas de ensino médio e em cursos superiores de veterinária e agricultura mantidos pela União. Esta lei vigorou por mais de vinte anos e uma das críticas que recebia era pelo fato de ser uma lei para ricos, afinal, qual agricultor pobre poderia manter um(a) filho(a) na cidade estudando, já que a tratava-se de uma lei de acesso e não de permanência. Temos neste exemplo a premissa de que o primeiro passo para se criar uma política de ação afirmativa é definir ou discriminar o grupo a ser beneficiado. Acontece que, no Brasil, falar em ações afirmativas por discriminação étnico-racial causa desconforto no setor da população que ver seus privilégios ameaçados, reforçando a tese do pacto da branquitude (BENTO, 2022), embora a população negra e indígena seja, de longe, os grupos mais afetados pelas desigualdades históricas que afetam nosso país.

No contexto atual, podemos falar em ação afirmativa conforme defendido no sentido de uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva (MOEHLECKE, 2002; VAZ, 2022), de iniciativa pública ou privada que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. (FERES JÚNIOR, 2018). No caso do acesso à educação, essas políticas têm se mostrado mecanismo crucial de acesso e permanência no ensino superior para os jovens de camadas populares, em especial negros e indígenas (MARQUES e ALVES, 2023), a despeito do ainda persistente despreparo de boa parte dos docentes, conforme aponta Cavalleiro (2020), para quem muitos professores e corpo escolar, diante da falta de formação adequada, optam pelo silêncio ou mesmo de negação do racismo na nossa sociedade.

A análise dos documentos foi realizada a partir do cotejamento do referencial teórico que embasa o debate das questões raciais e das ações afirmativas no Brasil, em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (DCNs) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ademais, as Resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares dos cursos ofertados pela instituição pesquisada foram consultadas, a fim de verificar se esses documentos apresentam uma abordagem sobre as questões das relações étnico-raciais e como tal abordagem se expressa nos PPCs dos cursos de graduação. Além desses instrumentos também mereci atenção o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, documento utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e que é a base para os(as) avaliadores(as) dos cursos analisarem a organização didático pedagógica, o corpo docente e tutorial e infraestrutura da instituição.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma análise documental do tipo descritiva, definido por Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 05) como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Para tal, os documentos utilizados na análise foram os PPCs da Universidade Federal de Catalão, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos(as) servidores(as), disponibilizados SIGAA e os projetos de extensão desenvolvidos nos últimos dez anos na universidade. Iniciou-se o estudo pela definição dos descritores, seguindo do levantamento de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da UFCAT, verificando e enumerando aqueles que tinham como objeto de estudo as questões raciais.

Os PPCs de graduação foram localizados na página dos referidos cursos, no site da UFCAT e os projetos de pesquisa foram coletados a partir do sistema SIGAA discente, com o critério de terem sido desenvolvidos nos últimos dez anos. Para esta etapa da pesquisa foram delimitados alguns descritores. Cabe ressaltar, que a busca nos PPCs e nos projetos foi realizada de forma manual. As informações catalogadas dos projetos de pesquisa foram: Título do projeto, unidade de origem do(a) pesquisador(a), nome do(a) pesquisador(a), se possui financiamento e situação do relatório. Os dados coletados foram reunidos em um arquivo do *Google Planilhas*.

Para levantar os PPCs ofertados no ano de 2024², iniciamos a busca nas páginas

² Para saber mais sobre os cursos de graduação ofertados pela Universidade Federal de Catalão acesso o link <https://prograd.ufcat.edu.br/cursos>.

oficiais dos cursos, entretanto, foi observado que nem todos possuíam seus projetos atualizados em seus endereços eletrônicos. A partir disso, a equipe de pesquisa, com auxílio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), catalogou os projetos pedagógicos oficiais com os respectivos números de resolução. Após isto, foi utilizado o site de resoluções da Universidade Federal de Goiás (UFG)³ para confirmar os PPCs catalogados e realizar *download* para posterior análise. Cursos mais novos, como Medicina, Engenharia Mecatrônica e Tecnologia em Agronegócio, ainda não possuíam PPC aprovado à época do levantamento e, nestes casos, analisou-se a versão mais atualizada disponibilizada manualmente por pessoa autorizada da PROGRAD.

Outrossim, os cursos das licenciaturas de Matemática Presencial e Matemática na Modalidade de Ensino à Distância (EAD) estavam com dois projetos pedagógicos vigentes e, nestes casos, foram analisados os dois PPCs. O curso de Administração presencial não possuía PPC completo na página de resoluções, tendo sido encontrada e analisada apenas a matriz do curso. Vale destacar que alguns cursos não possuíam resoluções aprovadas, como Química Industrial, Engenharia Mecânica e Engenharia Mecatrônica. Além disso, alguns cursos possuíam mais de um PPC no mesmo arquivo PDF da resolução, nestes casos, foi analisado apenas o primeiro projeto, seguindo a ordem numérica das páginas, como foi o caso de Matemática (Licenciatura - EAD, segundo currículo) e Química Industrial Bacharelado.

Foi feito um recorte dos descritores delimitado inicialmente e trabalhamos com os seguintes descritores: Ações afirmativas, africanidades, cotas raciais, diversidade, escravidão, etnia, étnico-racial, étnico-raciais, étnicos raciais, lei 10639, negro, preconceito, relações raciais e racismo. Essa redefinição se deu após estudos e discussões da bibliografia e entre o grupo de pesquisadoras, quando observamos a necessidade de se acrescentar alguns descritores, como “étnico” e “étnica” por terem sido considerados importantes à pesquisa, separadas do termo “racial” e “raciais”. Para realização das buscas foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: palavras correspondentes aos descritores relacionadas à temática que fizesse referência à diversidade social, diversidade humana ou questões raciais, excluindo-se essas palavras quando fizesse referência a áreas como a biologia ou a matemática, que também utilizam esses termos, mas em outro contexto que não das relações raciais.

Partindo da leitura da “Instrução Normativa para a Elaboração de PPCs da

³ <https://ufg.br/n/63397-resolucoes>.

UFCAT”, que estabelece as normas para a elaboração desses documentos, especificando os elementos e os requisitos que devem ser contemplados em sua estrutura, foram considerados os itens obrigatórios nos projetos pedagógicos, com o objetivo de identificar em quais seções ou componentes específicos de cada PPC os descritores encontrados estavam alocados. Os itens são: "apresentação; exposição de motivos; objetivos (geral e específicos); princípios norteadores para a formação profissional; expectativas da formação do profissional; estrutura curricular; política e gestão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório; trabalho de conclusão de curso; integração ensino, pesquisa e extensão; sistema de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem; sistema de avaliação do projeto de curso; política de qualificação de docentes e técnico administrativos da unidade acadêmica ou unidade acadêmica especial; requisitos legais e normativos obrigatórios; dinâmica das atividades (para os cursos EAD); ementas, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares; referências; e, apêndices.

Ademais, um outro ponto que consideramos importante para a análise dos PPCs foi a pesquisa do ano de criação do curso em questão, a fim de entender melhor em qual contexto ele estava inserido na ocasião. Para tanto, foi utilizado, novamente, a página de resoluções da UFG, por ser uma fonte confiável, com documentos oficiais e de domínio público. Para os casos em que o documento oficial não estava disponível no endereço eletrônico indicado, foi realizada uma busca direta no Projeto Pedagógico do Curso. Na ausência de informações no PPC, procedeu-se com uma pesquisa manual nas páginas e no histórico do curso, visando identificar e coletar os dados necessários.

A fim de sistematizar o estudo e facilitar a compreensão dos dados, foram criadas tabelas - uma para cada curso - pelo *Google Planilhas*, nas quais havia o nome do curso, os descritores, as partes obrigatórias dos PPCs, segundo a Instrução Normativa e o ano de criação do curso. Nesse sentido, foram criadas 35 tabelas para contemplar os 34 PPCs e 1 matriz curricular de um total, à época, de 33 cursos de graduação (considerando o curso de Psicologia Bacharelado e Psicologia Bacharelado e Licenciatura como um curso, por apresentar um único PPC).

Resultados e discussões

Consultada a legislação vigente, almeja-se que a questão racial seja contemplada nos PPCs visto que, conforme pontuado no Parecer do Conselho Nacional de

Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) Nº 776/97, p. 2, as DCNs constituem “(...) orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente respeitadas por todas as instituições de ensino superior, visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes”. Assim, os cursos de graduação ofertados pelas IES, que compõem o Sistema Federal de Ensino, devem se orientar por esta regulamentação.

Dentre as Resoluções consultadas, constatamos que as normativas dos cursos de Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Medicina contemplam a questão étnico-racial, abordando-a de maneira pontual e objetiva. Não se trata de afirmar que essas diretrizes são as que mais aprofundam o tema, mas sim que, de alguma forma, sinalizam a relevância de que as relações étnico-raciais sejam consideradas e incorporadas nos PPCs. As DCNs desse cursos, embora com ênfases diferenciadas, incentivam a inclusão de temáticas como diversidade cultural, diferenças individuais, pluralismos de ideias, diversidade étnico-racial, multiculturalidade da sociedade brasileira, História da África e História Indígena, Essas temáticas são incorporadas nas linhas oficiais das DCNs a serem trabalhadas no desenvolvimento dos conteúdos, na formação profissional, no perfil do egresso e, também, através das atividades complementares e eventos científico-culturais.

A Resolução para o curso de Pedagogia faz uma ressalva para o caso dos(as) docentes indígenas e de docentes que venham a atuar em escolas indígenas, escolas remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas. De acordo com o documento, estes profissionais deverão: a) promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura de cada etnia ou comunidade quilombola; b) atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas relevantes da comunidade que está inserido.

A leitura preliminar desses documentos nos possibilitou identificar alguns esforços pontuais de determinados cursos em incorporar a questão étnico-racial na construção de seus PPCs, no entanto, nos provocou o seguinte questionamento: por que essa temática tão crucial para a promoção do respeito às diferenças não está incorporada de forma sistemática em todas as Diretrizes Curriculares? Essa lacuna sugere, também, a necessidade de reflexão sobre a responsabilidade institucional na implementação de políticas educacionais voltadas para as relações étnico-raciais. Será que falta atualização dessas Resoluções? Além da necessidade de atualização, torna-se urgente questionar se há necessidade de criação/atualização de Resoluções internas nas IES para que estas

promovam uma abordagem interdisciplinar da temática étnico-racial, alinhada aos princípios de ações afirmativas e à democratização, de fato, no ensino superior.

Ao observarmos o Instrumento de Avaliação notamos que a questão étnico-racial será avaliada apenas no indicador 1.5, que trata dos conteúdos curriculares, em que será verificado para nota máxima nesse quesito se:

Os conteúdos curriculares, constantes no PPC, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador. (BRASIL, 2017, p. 5).

Embora o reconhecimento deste tema no instrumento seja um avanço formal, resta questionar se tal abordagem, limitado a um item dentre muitos indicadores, é suficiente para garantir sua eficácia implementação nos Projetos Pedagógicos de Curso. Além disso, sabemos que a efetiva incorporação das relações étnico-raciais nos currículos transcende os documentos oficiais, requer, ainda, a promoção de espaços para discussão crítica, a formação continuada dos(as) docentes e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que permitam explorar, estudar temáticas que abordem a questão étnico-racial.

Ao pesquisar pelos PPCs da universidade, chegou-se a um total de 34 projetos completos e um projeto apenas com a matriz curricular (Administração Bacharelado) disponibilizados no site de resoluções da UFG e na PROGRAD/UFCAT, de um total de 33 cursos à época da pesquisa, ofertados pela instituição, considerando o curso de Psicologia Bacharelado e Psicologia Bacharelado e Licenciatura como um único curso. Essa diferença entre o número de cursos e o número de PPCs se dá pelo fato de alguns cursos possuírem mais de um projeto vigente. Para organizar os resultados foram criadas 35 tabelas correspondentes a cada curso⁴, de modo a registrar a quantidade de correspondências de descritores no PPC (Tabela 1). Neste aspecto, observou-se que os cursos de Administração, Engenharia de Minas e Matemática Industrial não apresentaram nenhuma correspondência aos descritores. Ademais, os cursos que apresentaram pouca correspondência, de 1 a 3 descritores, foram os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Física Bacharelado, Letras Português/Inglês e Química Industrial. Em

⁴Para o curso de Psicologia, por ser um único PPC, consideramos o quantitativo de 01 (um curso), mesmo sabendo que há o grau bacharelado e bacharelado e licenciatura.

seguida, os cursos de Química (Licenciatura e Bacharelado) apresentaram correspondência para apenas quatro descritores. Os cursos que mais apresentaram correspondência aos descritores foram Educação Física (41), História Licenciatura (38), Pedagogia (30), Educação do Campo (29), História Bacharelado (26), Ciências Sociais Licenciatura (25) e Geografia Bacharelado (23).

Tabela 1 - Distribuição de descritores por curso

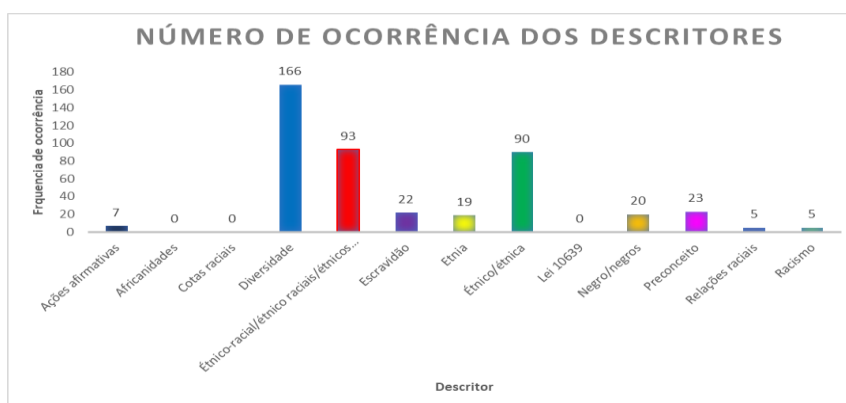
Curso	Nº de correspondências	Ano de criação (encontrado em sites do curso e Resolução)
Administração (B)	0	2006
Administração Pública UAB (B)	10	2012
Ciências Biológicas (L)	23	2006
Ciências Biológicas (B)	7	2009
Ciência da Computação (B)	17	1996
Ciências Sociais (L)	25	2008
Ciências Sociais (B)	11	2008
Educação Física (L)	41	1989
Educação do Campo (L)	29	2012
Enfermagem (B)	6	2007
Engenharia Civil (B)	2	2007
Engenharia de Minas (B)	0	2007
Engenharia de Produção (B)	3	2007
Engenharia Mecânica (B)	6	2019
Engenharia Mecatrônica (B)	8	2019
Física (L)	14	2006
Física (B)	2	2018
Geografia (L)	21	1986
Geografia (B)	23	1986
História (L)	38	1996

História (B)	26	2004
Letras - Português (L)	10	1998
Letras - Português/Inglês (L)	3	2012
Matemática 1º currículo (L)	11	1988
Matemática 2º currículo (L)	10	1988
Matemática EAD (L)	14	2013
Matemática Industrial (B)	0	2007
Medicina (B)	8	2016
Pedagogia (L)	30	1988
Psicologia (B e B e L)	6	2006
Química (L)	4	2006
Química (B)	4	2006
Química Industrial (B)	3	2019
Tecnologia em Gestão do Agronegócio EAD (T)	22	2023

Fonte: Elaborado pelas autoras. Utilizamos B para fazer referência ao grau acadêmico bacharelado, L para Licenciatura e T para o grau acadêmico tecnólogo.

Nota-se que entre os 7 cursos com menos correspondência, a maioria são das ciências exatas (85,7%) e do grau bacharelado (71,4%) e, entre os 7 cursos com maior número de correspondências, a maioria é da área de ciências humanas (85,7%) e do grau de licenciatura (71,4%). Dentre os descritores pesquisados, o que mais obteve correspondência foi “diversidade” com 166 correspondências nos textos dos PPCs analisados e ampla margem de diferença aos demais termos, conforme apresentado no gráfico 01. Importa salientar, ainda, que desse total, a maioria (25) dos cursos foram criados após a Resolução Nº 01 de 2004, ou seja, são cursos novos e que já nasceram no contexto das políticas de ações afirmativas, o que era de se esperar que já contemplassem os debates.

Gráfico 01 – Número de ocorrência dos descritores



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dos tópicos que orientam a criação dos PPCs, disponíveis no documento “Instrução Normativa para a Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso” da UFCAT, o item que apresentou o maior número de descritores identificados foi “ementas, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares”, com um total de 210 ocorrências dos termos e uma diferença marcante com relação ao segundo item com mais correspondências, “requisitos legais e normativos obrigatórios” que teve um total de 70 (Tabela 02). Chama a atenção os cursos de Química Industrial e Física Bacharelado possuírem correspondência com os descritores apenas no tópico XIII “requisitos legais e normativos obrigatórios”, o que mostra que os elaboradores do documento têm plena ciência da obrigatoriedade de contemplar tais temáticas nos PPCs. Ainda neste quesito, chama atenção a total ausência de qualquer referência à Lei 10.639/03, legislação que já está em vigor há mais de vinte anos, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afrobrasileira nas escolas de educação básica e ainda assim não constar nem mesmo nos PPCs dos cursos que formam os professores para este nível de ensino.

Tabela 02 - Número de descritores encontrados por item do PPC.

Tópico	Quantidade de descritores
I- Apresentação	17
II- Exposição de motivos	13
III- Objetivos (geral e específicos)	12
IV- Princípios norteadores para a formação profissional	23
V- Expectativas da formação do profissional	25
VI- Estrutura curricular	35

VII- Política e gestão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório	17
VIII- Trabalho de conclusão de curso	0
IX- Integração ensino, pesquisa e extensão	4
X- Sistema de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	1
XI- Sistema de avaliação do projeto de curso	1
XII- Política de qualificação de docentes e técnico administrativos da unidade acadêmica ou unidade acadêmica especial	0
XIII- Requisitos legais e normativos obrigatórios	70
XIV- Dinâmica das atividades (para os cursos na modalidade EAD)	0
XV- Ementas, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares	210
XVI- Referências	11
XVII- Apêndices	4

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esses resultados corroboram a relevância de se tentar compreender e discutir como a temática racial vem sendo tratada no ensino superior, nível de ensino responsável pela formação dos futuros profissionais da sociedade. A pesquisa indica uma abordagem tímida da questão racial nos PPCs da instituição aqui analisada, maior ênfase dos descritores utilizados nas ementas e referências bibliográficas, o que pode sugerir que contemplem um tema genérico, como diversidade, conceito tronco que pode estar acompanhado de subtemas dos mais variados. Chama atenção também a ausência de qualquer dos descritores em alguns itens, como a política e qualificação do corpo docente e de técnicos, algo incompreensível, no contexto de expansão das políticas de equidade que temos vivenciado nas últimas décadas. E nas demais IFEs do país, como será que está essa abordagem? No caso da UFCAT, a pesquisa já trouxe algumas consequências, no sentido de provocar alguns debates dentro e fora da universidade bem como a criação de grupos de estudos sobre a questão étnico-racial, com estudantes de graduação, de pós-graduação, docentes e técnicos(as) administrativos(as), além da realização de palestras e

rodas de conversa sobre as questões raciais no ensino dentro da universidade para cursos diversos, e, fora da instituição, com docentes e discentes da educação básica.

Além disso, o estudo favoreceu a discussão de demandas raciais dentro do curso de uma das pesquisadoras, a qual pode formalizar o pedido da inserção dessa temática racial no curso de Medicina junto a outros colegas. Ainda, possibilitou às pesquisadoras uma compreensão mais abrangente e profunda a respeito das temáticas raciais no Brasil e como elas se fazem presentes na instituição de ensino analisada. Por fim, ressalta-se que há ainda muito a ser construído no debate das questões étnico-raciais na universidade, mas que o estudo pode servir como um “norte” para o desenvolvimento de mais ações e projetos na temática racial, bem como para mostrar a realidade dos cursos nos PPCs ao abordar esse tema.

Uma das limitações com que nos deparamos durante o desenvolvimento da pesquisa foi a falta de informações sobre muitos projetos desenvolvidos na universidade, principalmente antes de 2018, quando os dados eram administrados pela UFG. Percebemos uma lacuna de informação a respeito dos projetos de extensão e de pós-graduação desenvolvidos na UFCAT nos últimos dez anos, mesmo após repetidas tentativas de busca nos canais oficiais virtuais e físicos da instituição. Nesse sentido, a falta de um canal único com o armazenamento dos projetos virtualmente se figurou como uma importante limitação à pesquisa, algo que atribuímos ao processo de transição que a instituição vivenciou nos últimos anos, quando se tornou autônoma em relação à UFG.

Considerações finais

Consideramos o encerramento desta pesquisa como o início de um debate necessário e que extrapole os limites do caso aqui analisado. Ao questionarmos se há lugar para as ações afirmativas nos cursos de graduação da UFCAT, encontramos evidências de que, embora exista um espaço teórico e normativo para sua inclusão, esse lugar nos ainda não se apresenta de forma efetiva, estruturada e amplamente disseminada.

A pesquisa mostrou que a questão racial ainda não é tratada com a devida prioridade nos Projetos Pedagógicos dos Cursos do caso aqui analisado sendo que em alguns documentos não há nenhuma menção. É, sem dúvida, um cenário preocupante, resultado, talvez, da ausência de mecanismos de acompanhamento que assegurem a implementação dessas políticas ou ausência/insuficiência de ferramentas institucionais que orientem os cursos de graduação na elaboração/atualização dos seus PPCs. Uma ação importante seria a institucionalização de espaços formativos que promovam formação em

serviço dos docentes do ensino superior e que fortaleçam suas ações afirmativas e outros temas emergentes igualmente importantes.

Para além do âmbito institucional, os documentos externos, como as diretrizes para os cursos de graduação assim como o instrumento de avaliação dos cursos, documento do próprio MEC (2017), também evidenciam silenciamentos no trato com as questões étnico-raciais, sendo contempladas em apenas um indicador. Isso nos faz indagar como estão as outras IES Brasil afora. A continuarmos nesse ritmo, o sonho da justiça racial via educação parece cada dia mais distante.

Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.465/1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/547333/publicacao/15669743>. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 776/97**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE776_97.pdf. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 583/2001**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/cne_resolucao_1_170604.pdf. Acesso em 13 jan. 2025

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Desktop/rces003_14%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Desktop/rces003_14%20(1).pdf). Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018**. Cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13634.htm. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/12/RESOLUCAO-CNE_CES-No-6-DE-18-DE-DEZEMBRO-DE-2018.pdf. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a Distância** - reconhecimento renovação de reconhecimento. Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 13 jan. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em 13 jan. 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 6ª. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução: Jess Oliveira, 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARQUES, K.E.M.; ALVES, M.Z. **Indígenas e Quilombolas no Ensino Superior: Uma análise a partir do Programa UFGInclui.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023139, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17712>

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil.** **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002

PROGRAD/UFCAT. **Instrução Normativa nº 003/2016.** Dispõe sobre orientações para elaboração de projetos pedagógicos de curso (PPC). Catalão, Go. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/up/579/o/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_003-2016-PROGRAD.pdf. Acesso em 13 jan. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, jul., 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resoluções.** Disponível em: <https://ufg.br/n/63397-resolucoes>. Acesso em 13 jan. 2025.

Submissão: 12/02/2025. **Aprovação:** 07/11/2025. **Publicação:** 15/12/2025.